

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 24.263.183/0001-04
Belo Horizonte - MG

Cemig Geração Sul S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando se indicado de outra forma)

2.6. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Alterações ao IAS 12/CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas;
 - Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) - altera o IAS 7/CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa Para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017.
- Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:
- IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Em relação ao impairment de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38.
 - IFRS 15/ CPC 47 – Receitas de Contratos com clientes – em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo com base em princípios para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Arrendamento mercantil – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, inclusive os atualmente classificados como arrendamentos operacionais.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados a determinadas normas apresentadas acima, com data de adoção para 2018 e 2019. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda está avaliando os efeitos da aplicação dessas novas normas e alterações de normas existentes sobre os valores e divulgações apresentados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

2.7. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis foram aplicadas em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b) Consumidores e Revendedores

As contas a receber de Consumidores e Revendedores – são registradas inicialmente pelo valor faturado e não faturado, e mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Companhia efetua análise individual dos saldos em atraso a fim de avaliar a necessidade de reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

c) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

e) Receita Operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

f) Receitas e despesas financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira e também acréscimos moratórios em contas de energia elétrica. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras referem-se à variação monetária sobre projetos de pesquisa e desenvolvimento.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016
Contas Bancárias.....	8
Aplicações financeiras	
Certificado Depósito Bancário – CDB.....	818
Overnight.....	4.738
TOTAL.....	5.564

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 105,25% conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 13,64% a.a..

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 16 das Demonstrações Financeiras.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2016
Aplicações Financeiras	
Circulante	
Certificados de Depósitos Bancários.....	420
Letras Financeiras - Bancos.....	9.325
Letras Financeiras do Tesouro.....	2.471
Debêntures.....	931
	13.147
Não Circulante	
Letras Financeiras - Bancos.....	180
Debêntures.....	410
	590
	13.737

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,5% a 115,25%, em 2016, conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 112,7% do CDI em 2016.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 113% do CDI em 2016.

A classificação destes títulos e valores mobiliários de acordo com as categorias previstas na norma contábil está apresentada na Nota Explicativa nº 16 das Demonstrações Financeiras.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Suprimento a Outras Concessionárias.....	4.037	113	109	4.259
Ativo Circulante.....	4.037	113	109	4.259

Os valores a receber não estão vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 16 das Demonstrações Financeiras.

6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, dentre elas as PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, cuja concessão pertenciam à própria Cemig GT.

Em junho de 2016 a Cemig GT transferiu a titularidade do Contrato de Concessão das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau para a Cemig Geração Sul – S.A., Sociedades de Propósitos Específicos – SPE, criada para este fim.

O contrato de exploração da concessão é garantido pelos próximos 30 anos. Em 2016 a energia foi toda comercializada no Ambiente de Contratação Regulada – (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física – (“CGF” ou “regime de cotas”). A partir de 2017 a energia será comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no ambiente livre (ACL).

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

O saldo do ativo financeiro, em 31 de dezembro de 2016, é como segue:

	31/12/2016
Geração – Bonificação de Outorga.....	146.694
TOTAL.....	146.694

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	31/12/2016
Saldo inicial em 01 de fevereiro de 2016	—
Adição – Bonificação de Outorga.....	146.789
Recebimentos.....	(13.999)
Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga.....	13.904
Saldo em 31 de dezembro de 2016.....	146.694
Circulante.....	24.112
Não Circulante.....	122.582

7. FORNECEDORES

	31/12/2016
Suprimento e Transporte de Energia.....	258
Materiais e Serviços.....	1.767
TOTAL.....	2.025

8. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/12/2016
Circulante	
Taxa de fiscalização.....	19
Empresa de Pesquisa Expansão do Sistema Energético – EPE/MME.....	17
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos.....	117
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.....	33
	186
Não Circulante	
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento.....	117
	117
TOTAL.....	303

9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2016
a) Impostos, Taxas e Contribuições Sociais	
Circulante	
ICMS.....	2
COFINS.....	187
PASEP.....	41
INSS.....	202
Outros.....	39
TOTAL.....	471
b) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	
	31/12/2016
Circulante	
Imposto de Renda.....	236
Contribuição Social.....	183
TOTAL.....	419
c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	
	31/12/2016
Não Circulante	
Imposto de Renda.....	111
Contribuição Social.....	40
TOTAL.....	151

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2016, o Capital Social da Companhia era de R\$148.147 mil, constituído por 148.146.505 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

a) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	31/12/2016
Reservas de Lucros	
Reserva Legal.....	1.114
Proposta de distribuição de Dividendos Adicionais.....	15.872
	16.986

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva de Proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na Reserva de Lucros o montante de R\$15.872 referentes a dividendos propostos pela administração que excedem a 25% do Lucro Líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no Estatuto Social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do Lucro Líquido do exercício, ajustado conforme a Lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos para 2016 foram conforme segue:

	31/12/2016
Dividendos Obrigatórios	
Resultado do Período.....	22.276
Reserva Legal Constituída.....	(1.114)
	21.162
Dividendo Obrigatório – 25% do lucro líquido ajustado.....	5.290
Dividendos Declarados	
Dividendos Intermediários.....	3.268
Dividendos Estatutários.....	2.022
	5.290
Dividendos Adicionais Propostos.....	15.872
Total dos Dividendos.....	21.162
Dividendos por ação	
Dividendos Estatutários.....	0,0357
Dividendos Adicionais Propostos.....	0,1071
Total.....	0,1428

Destinação do Resultado de 2016 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2017, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2016, no montante de R\$22.276:

- RS1.114 para constituição de Reserva Legal;
- RS2.022 para pagamento de Dividendos Estatutários;
- RS3.268 para pagamento de Dividendos Intermediários;
- RS15.872 para pagamento de dividendos adicionais.

A proposta de pagamento dos dividendos estatutários declarados e dividendos adicionais é como segue:

- RS2.567 pagos antecipadamente em 27 de dezembro de 2016;
- RS17.894, correspondentes a RS2.022 de dividendos estatutários e RS15.872 de dividendos adicionais, serão pagos até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observado este prazo, determinar os locais e processos de pagamento.

11. RECEITA

	31/12/2016
Suprimento Cotas - Geração Própria.....	26.270
Suprimento não Faturado Cotas - Geração Própria.....	4.037
Realização Ativo Financeiro da Bonificação pela Outorga.....	(13.999)
Fornecimento bruto de energia elétrica.....	16.308
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (a).....	13.904
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (b).....	(1.772)
	28.440

(a) Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 06 destas Demonstrações Financeiras.

(b) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	31/12/2016
Tributos sobre a Receita	
COFINS.....	906
PIS-PASEP.....	196
	1.102

Encargos do Consumidor

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	114
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.....	114
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE.....	57
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE.....	113
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH.....	272
	670
	1.772

12. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2016
Pessoal.....	688
Materiais.....	88
Serviços de Terceiros (a).....	3.252
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão (b).....	1.736
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos.....	28
	5.792

a) Serviços de Terceiros

	31/12/2016
Manutenção, Conservação e Instalações.....	1.684
Vigilância.....	195
Conservação e Limpeza de Prédios.....	1.036
Meio Ambiente.....	124
Outros.....	213
TOTAL.....	3.252

b) Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Referem-se a encargos, devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos pela ANEEL por meio de Resolução.

13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2016
Receitas Financeiras	
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro.....	813
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia.....	18
	831
Despesas Financeiras	
Variações Monetárias.....	(3)
Outras.....	(1)
	(4)
RESULTADO FINANCEIRO.....	827

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2016	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Bruta.....	30.212	30.212
Percentual de Presunção.....	8%	12%
	2.417	3.625
Receita Financeira s/resgate efetivo aplicação.....	370	370
Outras Receitas Financeiras.....	18	18